

Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF-PR

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Reunião Ordinária COEDE/PR – Abril 2020

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de 2020, às quatorze horas e quinze minutos, por webconferência, e na Sala de Gestão Fani Lerner, no sétimo andar, da Secretária de Estado de Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, situada no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, iniciou-se a reunião com a primeira chamada, sem quórum. Aguarda-se, portanto, a segunda chamada. Retomada às quatorze horas e trinta e cinco minutos, com apresentação dos **Conselheiros Governamentais**: Luís Felipe Cortês – SEJUF/DPCD; Quelen Silveira Coden – SEJUF/DPCD; Aline de Oliveira – SESA; Isaac Ferreira – SEJUF/TRABALHO; Fernanda Cristina Heberle/Samanta Krevoruczka – SEJUF/DAS; Amelia Cabral Alessi – SEJUF/DEDIF; Ivã José de Padua – SETI; Paula Tavares – SEPL; Claudia Saldanha – SEED. dos **Conselheiros da Sociedade Civil**: Alexandre Sallum-Associação dos Deficientes Físicos do Paraná-ADFP; Rodrigo Nicolini Dias - Associação dos Deficientes Físicos de Cianorte - ADFIC; Celma Juliane Siqueira Gomes - Federação Nacional de Educação Integrada dos Surdos – FENEIS; Carla Regina Wingert de Moraes - APAE de Palmas; Júlio Cezar Viana – APAE de Maringá; Gilson Mensato – APAE de Ibiporã; Regiane Aparecida de Maia Moreira – APAE de Tijucas do Sul; Clecy Aparecida Grigoli Zardo – Marilândia do Sul; Elidiamara Simões Nunes – APAE de Umuarama; Maria de Lourdes Correia de Farias Moser – APAE de Cândido de Abreu; Maricleia Gemelli Chaves – APAE de Guaraniaçu; Convidados: Dra. Rosana Beraldi Bevervanço – MP, o intérprete de Libras Lucas Gomes de Albuquerque em presença virtual. **Pauta 1-** Inicia-se a secessão com a fala de abertura do Presidente Felipe Braga Cortes, que se pronuncia com boas vindas aos novos Conselheiros da Sociedade Civil, e os parabenizando pelo êxito nas eleições, relatando sobre o trabalho do COEDE, desenvolvido no ano de 2019, informando sobre o funcionamento do COEDE, oferecendo o seu apoio e informando que o departamento de Garantias de Direito da Pessoa com Deficiência que se dispõe aos conselheiros, informa sobre a importância da criação do fundo estadual e pede o apoio dos conselheiros sobre a criação dos conselhos municipais, informa sobre as cartilhas de criação de conselhos que se encontra no site do COEDE, fala a importância da integração dos municípios com o estado, e do trabalho dos jovens aprendiz pra PcD, pede que seja enviado a cada conselho municipal a ata de cada reunião mensal deste conselho e fala da importância da presença e participação nas reuniões presenciais e virtuais (por agora enquanto do

COVID 19), que seria importante a primeira pauta ser sobre a conferência, e finaliza desejando sucesso para a nova gestão. O Presidente passa a palavra para a coordenadora do departamento e conselheira suplente do conselho Quelen Coden que se apresenta, e fala do trabalho do departamento e do conselho a diferença de trabalho entre os dois, se coloca a disposição para contribuir e colaborar com os conselheiros no suporte técnico nas comissões e deseja bom trabalho a todos, dando continuidade, se apresenta a conselheira Celma conselheira da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, interpretada pelo intérprete de libras voluntário Lucas Albuquerque, que também apresenta a conselheira suplente da Feneis Fernanda Mota, que se apresenta através do intérprete de libras desejando bom trabalho a todos. Neste momento o Presidente Felipe, anuncia a eleição para a nova presidência do COEDE, gestão 2020/2021, e pede que se apresente um candidato, se apresenta como candidata para a presidência a conselheira Carla Regina W. de Moraes, começa a votação, de voto um por um, e por unanimidade todos os conselheiros da sociedade civil votam na única conselheira candidata que se elege. Neste momento o vice-presidente empossa e parabeniza nova Presidente eleita Carla Regina Wingert de Moraes, com votos de sucesso na nova gestão, em seguida a eleição para a vice-presidência do COEDE, se dispõe a ser o vice-presidente o conselheiro Felipe Braga, mas informa que abre mão para qualquer um dos conselheiros que queiram ser candidato, o conselheiro Ivã pede a palavra e vota no Felipe, o conselheiro Isaac Ferreira voto no Felipe e fala que dando continuidade ao trabalho e que está muito bem entregue, e vota no Felipe assim como todos os Governamentais presentes, que é empossado como vice-presidente e fala dos desafios do departamento e do trabalho árduo para a inclusão e transparência, salientando que o COEDE, seja divulgado amplamente e possa ser mais conhecido, em seguida o conselheiro Isaac, pede a palavra e fala da importância do quorum dos representantes governamentais para as decisões de pautas importante do conselho e levantando a discussão para que seja encaminhado um ofício as secretárias daqueles conselheiros gov. que não estão participando das reuniões, segue o encaminhamento para o envio de ofício para informar aos secretários da falta de participação dos conselheiros e/ou a substituição destes, com o acordo de todos do encaminhamento, segue a reunião com a - **Aprovação da pauta:** Ata enviada e aprovada pelos conselheiros da gestão anterior. - **Informes da Secretaria-Executiva:** Jane Vasques fala do funcionamento do conselho para os novos conselheiros, menciona o site do COEDE como forma de conhecimento, que foi enviado a todos os novos conselheiros e-mail com o regimento interno do COEDE, um quadro com o funcionamento do conselho, e informa que a comunicação oficial do COEDE é através de e-mail coede@sejuf.pr.gov.br que seja lido atentamente por todos - **Justificativas de**

Ausência da Sociedade Civil: Não houve. **-Relato das Comissões:** Não houve reunião das comissões devido a redução de horário da reunião, por decreto 4230-PR-COVID19, segue a reunião com a **Pauta 2. Ofício 084/2020-MP/CAOPI** - nesta pauta o conselheiro Ivã pede a palavra e parabeniza ao MP, pela iniciativa do ofício e da secretaria executiva na divulgação deste ofício para os municípios e os escritórios regionais como também para os conselheiros do COEDE, ele fala referente a esta pauta do COVID que se inclua também as pessoas com deficiência como funcionários do estado, o conselheiro Ivã é informado que o decreto do Governador 4230/2020, já inclui os deficientes no Paraná todo, confirmado pelo Conselheiro Felipe, neste momento a secretaria executiva informa que foi enviado 34 municípios como resposta até este momento, a Dra. Rosana se manifesta informando que estes 34 municípios é muito pouco, apenas 10% dos municípios do Paraná e que não basta fazer um compilado deste e-mails sem uma apreciação das respostas a secretaria executiva, sugestiona que o trabalho do colegiado deverá ser um compilado de respostas destes municípios, para responder ao MP, o conselheiro Felipe segue com a sugestão de se formar um grupo de trabalho para as análises dos e-mails enviados, passa a palavra a conselheira e coordenadora do DPcD Quelen, informa que leu todos os e-mails enviado e que algumas repostas, são simplesmente a ação deste Município do COVID é uma ação em geral com resposta padrão, parecendo que este município nem tem pessoa com deficiência, pensa que precisa ser respondido para este município qual a ação realizada para a pessoa com deficiência, informa também que tem município que informou que estão distribuindo cestas básicas, este município precisa ser observado por que o departamento está fazendo uma lista de municípios para com o recurso do CEDCA, que é restrita de 0 a 18 e restrita na quantidade para distribuição de cestas somente para criança e adolescentes então precisa ser observado este município para que não haja sobreposição de recurso, no ponto de vista este município precisa receber menos cestas a exemplo, analisar se este município tem conselho municipal, e fala para os novos conselheiros presentes da representatividade deles, que eles tem essa capacidade de análise destas necessidades, por que já tem experiência em seus municípios de que forma pode ser ajudado este município, neste momento o conselheiro Isaac pede a palavra e fala que foi feito uma ação no CONSEPIR, com a finalidade de fornecer cestas básicas para as crianças que frequentam as escolas quilombolas, pegaram uma listagem na secretaria de educação e conseguiram chegar a um número de 30.980 crianças filhos de quilombolas e indígenas, a exemplo do CONSEPIR o COEDE, pode entrar em contato com a SEED e pedir a lista de crianças portadoras de deficiências que estão em escolas no estado, e que seria uma medida bem rápida e eficaz, já que estes municípios não tem interesse em responder, a conselheira

Quelen fala que não seria possível, haja vista que são outras ações e que ofício 084/2020 MP, envolve todos os tipos de ações para a PcD, e não somente cesta básica para crianças e adolescentes, a conselheira Elidiamara, pede a palavra e sugere em referência a resposta do ofício, que seja encaminhado a uma das comissões e esta fazer a análise e apresentar ao conselheiros para avaliação na plenária e em relação as respostas dos municípios, informa que a exemplo do município que faz parte de Umuarama, vai responder o COEDE que está distribuindo cesta básica, porém as famílias cadastradas ao CRAS e da rede de educação municipal, no caso APAE de Umuarama tem mais de 290 pcd e o município só disponibilizou 3 cestas básicas mediante a solicitação da instituição, então tem que se tomar cuidado com isso porque mesmo o município que pode responder que está distribuindo cesta básica, mas não é todo mundo que está recebendo. Dra. Rosana pede a palavra para fazer um esclarecimento ao COEDE, ela fala que precisa ser feito a leitura do ofício com atenção encaminhado ao Presidente do COEDE e diz que depois dos considerando o CAOP faz duas perguntas ao COEDE, lê as perguntas para todos, explica que há necessidade do trabalho para análise das respostas, a conselheira Claudia, fala que concorda com a fala da Dra. Rosana e da colega conselheira Elidiamara, por que o ofício é bem específico, que não seria só de um ou de outro município que tem que falar dos municípios em geral das ações que estão sendo desenvolvidas neste momento nos municípios em atendimento as pessoas com deficiência, questão de sexta básica é importante mas para apresentar o documento ao MP tem que ser sintetizada as respostas pois são várias questões envolvidas, e que muitas secretarias e muitos espaços públicos estão se reinventando neste momento, o município não tem resposta de imediato, seria uma questão do COEDE orientar os conselhos municipais e o os conselhos municipais estarem junto com os municípios, expandir um pouco mais a ação quanto ao COEDE, diz que é importante a questão da educação que o colega conselheiro falou, mas acredita que só questão dos números de alunos, neste momento não resolverá, tem que pensar muito mais, os municípios tem autonomia para delinear suas ações dentro da educação por que existe uma deliberação do conselho estadual de educação que colocou isso, é um momento do COEDE centralizar informações e analisar como esta a situação e assim encaminhar a resposta ao MP. O conselheiro Ivã sugere que aguardemos as correspondências até o dia 4/5 e que forme um grupo de trabalho com o apoio do departamento pcd pra fazer o compilado das respostas e enviar um espelho ao MP, neste momento a secretaria executiva do COEDE informa que a coordenadora do departamento Quelen informa que o departamento não está em condições de fazer este trabalho, devido a demanda e escassez de funcionários, segue a reunião a secretaria executiva perguntando quais os conselheiros que se habilitam

para fazer o trabalho do comilamento das repostas, a presidente, fala que em referência ao ofício 084, informa que o grupo de whatsapp vem conversando sobre o ofício e sugere que forme um grupo de trabalho para análise das respostas, uma vez que as comissões não foram formadas devido a troca de conselheiros, a conselheira deixa claro o que o MP pergunta, que além do que os municípios estão fazendo, seria o que o conselho está fazendo, em que pode orientar os demais conselhos e os municípios que não tem conselho, a Dra. Rosana pede licença a conselheira Fernanda e interrompe para lembrar que o MP quer motivar os conselhos e pede a gentileza de observar que conselho é formulador e fiscalizador de políticas públicas e observem o que foi pedido do ofício, a conselheira Fernanda informa que não está recebendo e-mails e que informou a secretaria executiva, e por isso não teve tempo de observar os e-mails enviados e acha importante informar que estão acontecendo várias deliberações para atendimento da demanda de emergência do covid19 para todos, não só para a pcd, e que está em teletrabalho, não podendo fazer a análise, e sugere para quem possa se deslocar, o conselheiro Felipe informa-a que a análise é feita do e-mails enviados por e-mail e que não seria tão complexo o trabalho, a conselheira informa que está com demanda emergencial inclusive com acolhimento institucional de pcd em função do período pandêmico. A conselheira Quelen se posiciona e fala que não vê por que solicitar uma equipe presencial para analisar documentos que todos receberam via e-mail e se existe uma dificuldade de organizar uma comissão o departamento pode auxiliar nisso e até na discussão e sistematização de dados e pede enquanto departamento que o conselho consiga se organizar um pouco mais e que de acordo com a atividade de cada um dos conselheiros de sociedade civil que não se sabe, mas a realidade do departamento é que estão com 13 editais para deliberar em uma semana, e estão trabalhando não só no departamento como em teletrabalho e muitas, muitas horas extras, que não seria falta de vontade e sim dificuldade de mão de obra e se conseguir criar uma comissão que possa trabalhar on-line, facilitaria a vida de todos e fala que a realidade hoje seria on-line, a conselheira Clecy pede a palavra e fala que conversou bastante com a conselheira Carla a respeito do recebimento de todos os e-mails de respostas dos municípios e que tiveram dúvidas a respeito de que forma os conselheiros do COEDE, poderiam está colaborando, uma vez que os municípios enviaram respostas muitas vezes com o que o ofício do MP não estava pedindo, e sugere que os conselheiros poderiam se dividir por municípios, analisasse e fizessem um compilado disso e que este trabalho seria on-line, a secretaria executiva, solicita a posição dos conselheiros quanto ao encaminhamento e informa que algumas respostas são bem simples e que o trabalho não seria tão exausto, a Dra. Rosana fala que o COEDE não pode ser tão lento e sugere que a resposta do ofício não pode esperar até a próxima

reunião, a conselheira Quelen fala que o conselho está moroso, que o conselho tá começando e infelizmente no meio de uma pandemia no meio de uma crise e que nós não temos tempo de discutir de que forma, quem, quando e como, e que é um colegiado e que todos quando se escreveram buscando a vaga, sabia o que estavam buscando e que o conselho é trabalho, é trabalho duro é muito trabalho e que os conselheiros tem que se organizar, que apesar de ser conselheira, mas, é do departamento e que toda vez o departamento não pode toda vez o departamento interferir, não pode o departamento da assistência social o departamento da educação interferir, são conselheiros, por isso existe Governamentais e Sociedade Civil, para que possa se trabalhar em conjunto, por que se não resulta, que os Governamentais irão estimular uma ação, irão fazer, irão delinear, irão sugerir e novamente a sociedade civil não participou efetivamente, então este é o momento da sociedade civil participar na fiscalização da política pública, na execução da política, na proposição na cobrança, na resposta, essa é a possibilidade de atuar como um conselheiro da sociedade civil e um conselheiro governamental em um conselho de garantias de direitos, então não se pode ficar duas, três horas omissos pensando como se vai fazer, a nossa realidade é on-line temos que atuar, a decetaria executiva, fala para a Dra. Rosana só para complementar, informa que toda semana está reiterando e-mail do CAOPI para os escritórios regionais que encaminham para os municípios, o conselheiro Gilson da APAE de Ibiporã fala que não se pode aguardar e que tem que agir imediatamente e sugere sim a formação do grupo de trabalho e que conversou com a presidente por whatsapp, e analisou que as respostas dos municípios sempre estão vindo que as ações da pessoa com deficiência estão sendo colocadas através das associações, então sugere que envie ofício para as associações para ter respostas efetivas do que essas associações estão fazendo, para ter uma real situação, a conselheira Carla fala que para registro que não é o objetivo que seja considerado, que o momento é difícil, que é uma nova gestão e que, não teve oportunidade de se reunirem e que isso torna tudo mais difícil, mas que precisa ser enfrentado, mas que precisa ser registrado que os 12 conselheiros e /ou as 12 instituições, sabiam da responsabilidade quando se candidataram e que esta reunião foi um pedido da sociedade civil para que acontecesse e que seria muito tarde para se reunir só no dia 11 de maio, que seria a próxima reunião e que volta a falar que este trabalho fosse coordenado por um grupo paritário e registrar que não é só compilar as respostas é organizar os encaminhamentos do COEDE, tomar algumas decisões e coloca seu nome a disposição como um dos representantes da sociedade civil, neste momento a conselheira Claudia, que os conselheiros governamentais, estão hoje presentes em quatro ou cinco e que se for pensar, sempre os trabalhos de grupos, estão sendo dirigidos para estes quatro ou cinco que estão presentes a exemplo,

assistência social, secretaria de educação, departamento da pcd, secretaria de planejamento e que os governamentais exceto alguns, não tem o compromisso de participar nem das reuniões das comissões, então sugere que o COEDE por meio da nova presidente acompanhado do ex-presidente, contacte estes conselheiros, porque não é correto que sob recai somente para alguns, por que acaba assumindo muitas coisas, para os mesmos conselheiros, que ela a exemplo, já está na comissão da conferência, outros na comissão das eleições, que tem também o Ivã que sempre participa assiduamente destas comissões, que estava na sociedade civil e agora a pouco tempo como governamentais, então acha que tem que ser revistos esta situação no conselho para que o trabalho flua e seja fortalecido este trabalho, ou vai ficar bem difícil a situação, por que não é um trabalho fácil, pois se a resposta vier dos 399 municípios o que se espera, vai ser muito difícil, a conselheira Fernanda da assistência, complementa a fala da conselheira Claudia, falando que tem outros trabalhos envolvidos dentro dos seus departamentos e da demanda do COVID no caso da assistência, com o objetivo de repasse para os municípios, que o trabalho esta árduo, com muitas deliberações repasse fundo a fundo, que tem que chegar na ponta com o máximo de urgência, o conselheiro Ivã, se pronuncia, que o conselho deve ir com calma, por estamos num momento de stress um momento de pandemia, em que as pessoas, são todas adultas, e que não tem necessidade de se posicionar desta forma e fala que não se propôs porque irá ter uma certa dificuldades por que são muitos arquivos que dificultam a ele e sugere que a Carla e o Gilson da sociedade civil que já estão muito bem encaminhados, devido ao trabalho e muita experiência e competência e ala que o conselheiros Felipe indique duas pessoas do Governamentais, e fala que não é um trabalho fácil , e fala que infelizmente não poderá neste caso específico, o conselheiro Felipe, fala que irá conversar com a presidente a respeito da representatividade governamentais e que terá os dois representantes governamentais no grupo de trabalho e que vai conversar com os outros demais representantes governamentais, fala que sabe que esta reunião é uma reunião difícil, que é a primeira reunião é sempre muito complicada, que o COEDE irá se ajudar e ressalta a Dra. Rosana que sua participação no COEDE é muito importante enquanto Ministério Público, e que a dedicação ao conselho todos irão ter, que a sociedade civil participou do processo eleitoral, foi indicado por uma instituição que é uma representação muito importante da sociedade civil, e que da parte dos governamentais, esta pior que a sociedade civil, que tem que falar a verdade, pouca representatividade nesta primeira reunião, o conselheiro Ivã interrompe e fala que se coloca a disposição como governamentais e que se a presidente Carla tiver paciência com ele, devido a sua dificuldade, poderá colaborar, a conselheira Carla que sempre tem muita paciência com ele , e fala que por não conhecer

totalmente alguns, não quis ser indelicada e pedir a participação do mesmo e que por ter convivido com ele nos últimos dois anos e conhecer o trabalho e comprometimento do mesmo, o conselheiro Felipe fala do tempo e que o interprete precisa ir embora, a Dra. Rosana pede pra se pronunciar, e fala que como mensagem do Ministério Público para o COEDE, que os conselheiros da sociedade civil e governamentais, quando são nomeados são comparados aos funcionários públicos, há uma responsabilidade na atuação, uma responsabilidade constitucional de eficiência, que a grande preocupação do MP na área do Idoso e da Pessoa com Deficiência, especialmente aqueles que estão abrigados e asilados que não se repita os quadros trágicos como na Europa e América do Norte de mortandade dentro das instituições e pede a dedicação de todos. Segue com a **Pauta 4 - Interprete de libras no pronunciamento do governador Ratinho Júnior**, o conselheiro Felipe, fala que realmente esta faltando esse interprete de libras no pronunciamento do governador e que ele mesmo tem sentido falta disto e pergunta qual o encaminhamento do conselho a respeito desta pauta, o conselheiro Isaac, fala que na realidade, devemos fazer um ofício ao governador solicitando que ele, neste momento o conselheiro Felipe interrompe e fala que o encaminhamento deveria ser ao cerimonial do governo que quem cuida de todas essas ações, e o cerimonial, e que para não ir ao governador, para a casa civil e depois ao cerimonial, que se indique logo ao cerimonial do governo do estado do Paraná, e pergunta se todos estão de acordo, a conselheira Claudia da SEED, pede a palavra e informa que quando iniciaram as coletivas do governador foi solicitado a secretaria de educação que disponibilizasse o interprete e para quem assistiu as primeiras coletiva e observou que em algumas coletivas tinha o interprete, ocorreu que os técnicos intérpretes do CAS estão atuando nas gravações das aulas EAD, e que queria colocar que sempre tem ajudado o conselho, como as demais secretarias quando precisam e que esta uma situação gigantesca de trabalho na secretaria referente a esta situação, o conselheiro Felipe fala que entende, mas com a situação deste momento de COVID é importante provocação do conselho nesta situação e que deixa registrado para todos os conselheiros que colocar as aulas EAD do estado, com contratos emergenciais, que não tinha os interpretes e que chegaram até ele varias dessas informações, inclusive informada por ele a conselheira que não tinha os intérpretes, mas que foi contornado, e que inclusive vai falar pessoalmente com o cerimonial da casa civil à respeito dos eventos que não tem os intérpretes de libras, aprovado o encaminhamento do ofício, segue com a **Pauta 5 - Descumprimento da área de saúde no atendimento dos deficientes auditivos e/ou surdez no COVID 19**. A conselheira Celma, se pronuncia através do interprete de libras Lucas, informando que em relação ao decreto 5626/2005 e a lei 10.436/2002, que fala sobre a garantia do direito e acessibilidade

de libras, e dentro do artigo 25/2005 que tem esta proposta em relação ao SUS, a ampliabilidade de acessibilidade ao atendimento, que fosse garantido essa comunicação e compreensão com as pessoas surdas, por isso se coloca esta pauta por que a maioria dos enfermeiros usam a máscara e o surdo não consegue nem se quer fazer uma leitura labial, não podendo se comunicar de nenhuma forma, que isso prejudica muito a relação do atendimento da consulta e da e a saúde, então esta demanda é muito urgente para que haja ou interprete de libras para acompanhar estas pessoas por que a maioria dos enfermeiros e médicos não conseguem fazer este atendimento sinalizado e esquecem dos surdos e deixam este atendimento por falta de comunicação, então pede que coloquem em relação a lei, por que a maioria das pessoas não respeitam esta condição e isto é uma demanda muito urgente e precisa ser resolvido, e como resolver de que forma resolver, para melhorar o atendimento as pessoas surdas, O conselheiro e vice-presidente Felipe fala que o encaminhamento seria para os hospitais privados e para os hospitais públicos. Todos concordam com o encaminhamento, e o conselheiro Felipe pede a sugestão da Dra. Rosana do MP, que concorda com o encaminhamento, mas pede que seja encaminhando ao Ministério Público e para Secretaria de Estado da Saúde, e informa que irá pedir a saúde estas providências, Aprovado por todos, encaminhamentos para a secretaria de saúde do estado, para hospitais públicos e privados, em seguida o conselheiro Felipe pergunta a concordância de todos referente ao encaminhamento e solicita a Dra. Rosana do MP, sugestões quanto aos encaminhamentos, a mesma concorda com os encaminhamentos e sugere que seja encaminhado ao Ministério Público, a conselheira Elidiamara da APAE de Umuarama, pede a palavra e se pronuncia dizendo que gostaria apenas de lembrar aos conselheiros governamentais, ao Ministério Público e também a coordenação, que os conselheiros da sociedade civil empossados hoje, trabalham diretamente com pessoa com deficiência, acha ofensivo dirigir-se aos conselheiros da sociedade civil que acabaram de assumir este colegiado, de forma a cobrar comprometimento, responsabilidade e outras coisas ouvidas nas entrelinhas, no entanto não ouvi até o momento as ações da coordenação em relação ao COVID, como foi bem colocado pelo MP, uma pergunta, quais as ações do COEDE, eu gostaria como conselheira no primeiro mandato neste conselho e também como uma vasta experiência tanto no conselho municipal quanto no estadual, de receber por e-mail quais foram as ações que o COEDE realizou para que eu enquanto técnica possa analisar se eu tenho condições de auxiliar a comissão formada na avaliação dos ofícios e /ou resposta para que eu possa dar minha contribuição a resposta que será enviada ao Ministério Público e gostaria que não se esquecesse que toda a sociedade civil empossada hoje ou são técnicos ou são presidentes, todos estão ligados diretamente a pessoa com

deficiência, não apenas na política pública da coordenação em relação ao COVID, a Dra. Rosana se manifesta dizendo que o Ministério Público respeita todos e que a ideia é termos suficiência para bem atender a pessoa com deficiência seja lá em que campo for para o bem da pessoa com deficiência, a conselheira Elidiamara fala que concorda com a Dra. Rosana e o que discorda foi a maneira como certas coisas foi colocada para um colegiado que acaba de assumir e é cobrado de uma forma que dá a impressão que ninguém quer colaborar, que ninguém quer participar, que é desagradável para uma primeira reunião de um conselho que acaba de tomar posse, o conselheiro Felipe indaga a conselheira Elidiamara se gostaria de fazer parte da comissão, a mesma responde que neste primeiro momento não e que se precisar de auxílio pode colaborar, pois leu todas as repostas dos ofícios, o conselheiro Isaac , informa que só não assumiu esta comissão porque esta com a demanda de trabalho na casa civil e no comida boa, em função do tempo fica a pauta de numero três para a próxima reunião, o vice Presidente Felipe, pede desculpa a todos por alguma falha do departamento e da secretaria e sabe que é difícil para todos e informa que em breve poderemos ter uma reunião normal e quanto as ações que irão fazer dessas quatro pessoas que irão ficar responsáveis para fazer a análise das repostas ao MP, e fala que todos os conselheiros irão ter acesso e fala que tem que trabalhar integrado dentro do conselho e fala do grupo do whatsapp que é um facilitador e que qualquer duvida pode ser feito no grupo, agradeço a participação de todos. A presidente Carla pede a palavra e fala que já havia conversado pelo grupo e havia uma probabilidade possibilidade de assumir a presidência, mas que não queria falar antes do fato ocorrido e sendo assim que já havia preparado algumas questões para serem falados nesta reunião mas sabe a dificuldade do tempo e que gostaria de deixar um recado aos conselheiros e especialmente aos novos para que deem uma olhada no art. 2 do regimento que é importante para todos e que algumas questões serão definidas no regimento que vai direcionar o trabalho e fala que gostaria que fosse feito a leitura. A Presidente termina agradecendo a todos, o vice presidente concorda com a presidente e fala que nas próximas reuniões as coisas irão melhorar, deseja sucesso a nova presidente, fala da falta de conhecimento entre os novos conselheiros e que seria melhor se conhecessem pessoalmente , mas que o momento pede que seja virtual, e fala e agradece a Carla que assumiu varias vezes a reunião como vice presidente, fala que o conselho é bastante democrático mas que importante é ser eficiente, a secretaria executiva Jane se pronuncia informando sobre algumas informações referente ao livro de posse , que na próxima reunião presencial será assinados por todos os novos conselheiros e que neste momento pode se oficializar melhor uma fala da presidente, e que toda a comunicação ofício do COEDE é através de e-mail, e que recebeu pelo grupo informações de

justificativa de ausência e explica que esta justificativa não pode ser feita através de whatsapp e sim através de e-mail, informa também que foi enviado por e-mail três arquivos com as orientações para os conselheiros referente as viagens, o regimento interno do COEDE e o regimento do COEDE, a conselheira Claudia pede a palavra e parabeniza os novos conselheiros e a nova presidente por assumir este desafio e fala que os desafios são difíceis e que se pode ter um trabalho bem articulado e desenvolver um trabalho bem bacana e fala que é um momento difícil para todos devido a pandemia, que todos estão se reinventando devido a essa situação, inclusive de fazer reunião desta forma por web, ninguém esta acostumado com isso, que é muito melhor esta na presença no contato com as pessoas ,e que coloca a secretaria de educação a disposição e o que estiver ao alcance da secretaria ,pode contar com o apoio ,fala que independente de quem estiver na cadeira a de conselheiro da educação e fala que neste momento é ela, e se coloca a disposição de todos da sociedade civil e governamentais e fala das pessoas que acreditam no potencial que as pessoas com deficiência tem e o que os conselheiros sabem o que pode fazer por cada uma delas, a secretaria executiva segue falando das comissões permanentes e pede que leiam o regimento para a escolha destas comissões e se posicionassem com suas escolhas, para se formalizar estas escolhas. A presidente informa que já conversou com alguns conselheiros sobre a formação destas comissões e que irá fazer uma reunião com os conselheiros da sociedade civil para definir as comissões e que logo informará, a secretaria executiva pergunta se alguém mais quer se pronunciar e se coloca a disposição de todos. Encerra-se a reunião, esta ata foi redigida pela secretaria executiva Jane Vasques, será encaminhada aos conselheiros(as) para aprovação e depois de aprovada em reunião plenária será publicada no DIOE e publicizada no site do COEDE.